

Divulga Externa

Um ambiente mais amistoso para a renegociação

A apresentação de uma proposta oficial para a renegociação da dívida junto a bancos privados do exterior, como dissemos no comentário de ontem, significou apenas um primeiro passo. A caminhada nesta nova rodada de discussões com os credores, inaugurada na última sexta-feira, afigura-se longa e plena de obstáculos, porque são enormes as diferenças dos pontos de vista sustentados pelos dois lados.

E confortador observar, todavia, que pelo menos nas declarações protocolares, feitas por autoridades governamentais dos países credores, há agora um tom mais conciliatório, menos inflexível do que o empregado semanas atrás, quando o governo brasileiro era instado a recorrer preliminarmente ao Fundo Monetário Internacional (FMI). O secretário do Tesouro norte-americano, James Baker III, por exemplo, declarou que "a proposta brasileira merece consideração", à saída de um encontro com o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, anteontem.

"Foi um bom encontro", disse ainda. Como se recorda, no encontro anterior entre ambos, no dia 8 passado, o clima foi menos amistoso. Em nota oficial divulgada após a reunião, o secretário referiu-se em termos duros à proposta — depois amenizada — de substituição de parte da dívida por títulos que incorporassem metade do deságio praticado no mercado secundário, classificando-a de "non-starter", ou seja, imerecedora de discussão.

Declarações conciliatórias foram colhidas também dos ministros das Finanças da Inglaterra e da Alemanha, Nigel Lawson e Gerhard Stoltenberg. Segundo o ministro Bresser Pereira, em seus contatos eles lhe asseguraram uma posição de neutralidade nas negociações entre os bancos privados de seus países e o governo brasileiro. E o ministro das Finanças da França, Edouard Balladur, qualificou a proposta brasileira de "engenhosa", embora ressalvasse que o melhor seria uma negociação convencional, isto é, aquela cujo primeiro passo

consiste num acordo com o FMI.

Não é muito, mas essas primeiras palavras oficiais após o encontro dos negociadores brasileiros com o comitê assessor dos bancos credores são animadoras. O que não significa, em absoluto, que possam deixar para segundo plano as dificuldades práticas da negociação atual, pois, a julgar por informações dadas por fontes autorizadas, os bancos integrantes do comitê de assessoramento receberam com muito pouco entusiasmo a proposta brasileira. Além disso, apesar do empenho brasileiro em desvincular o acordo com os bancos do acordo com as agências governamentais e multilaterais, a decisão do Clube de Paris de anular parcialmente o acordo firmado no início deste ano pode trazer ainda maiores dificuldades para o desenvolvimento da negociação.

Diante desse quadro, os representantes brasileiros terão de armar-se de uma grande paciência para manter o equilíbrio e a objetividade, daqui por diante. As

pressões dos credores certamente continuarão, ainda que aparentemente amenizadas por declarações protocolares. Portanto, nossos negociadores deverão também manter bem claros os objetivos a perseguir, que se resumem mais na recusa a programas de ajustamento recessivo do que num eventual acordo com o FMI, e mais na tentativa de reduzir efetivamente os encargos da dívida do que de romper com o ortodoxia das soluções preconizadas para os devedores.

O Brasil, convém lembrar novamente, não está em moratória porque quer; mas, uma vez que nela está, deve cuidar de não desmoralizar seu gesto extremo. Por isso, merece todo o apoio interno o ministro Bresser Pereira, quando afirma que não suspenderá a moratória enquanto não obtiver um acordo satisfatório, de longo prazo, com os bancos. Se não foi por arroubo juvenil que se suspendeu o pagamento dos juros, não será por servilismo ou covardia que o retomaremos.